

38 Djalma informou que de 25 à 27 de outubro aconteceria o segundo encontro do ano de 2023
39 do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)
40 Regional Sudeste, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); o objetivo
41 desse evento é juntar subsídios para o Encontro do FONAPRACE Nacional, que irá ocorrer nos
42 dias 6 e 7 de dezembro; esse é o fórum em que se articulam as negociações tanto com o
43 governo federal quanto com o Ministério da Educação (MEC) para as pautas da assistência
44 estudantil; foram feitas algumas reuniões com o MEC para compreender, sobretudo, como
45 esse novo governo está se articulando para a gestão dos programas de assistência estudantil e
46 do Programa de Bolsa Permanência dos estudantes indígenas e quilombolas; a segunda
47 reunião do FONAPRACE Nacional acontecerá exatamente nesse meio tempo em que se está
48 concluindo todas as discussões, que culminarão na Lei Orçamentária Anual; inclusive, saiu
49 uma comunicação da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino
50 Superior (Andifes) no fim da tarde de ontem de preocupação, porque o projeto de lei
51 orçamentária proposto pelo Governo Federal não é suficiente para a recomposição necessária,
52 ficando quase 2 milhões aquém do necessário para a Universidade poder funcionar
53 minimamente com dignidade; então, ainda há esses resquícios de um orçamento precarizado,
54 que foi ocorrendo nos últimos anos e, infelizmente, o projeto que foi encaminhado também
55 não se mostrou suficiente; havendo, então, essa preocupação e sendo importante acompanhar
56 esse debate que vem ocorrendo no FONAPRACE; geralmente, participam como convidados
57 deputados e senadores que estão participando da comissão mista do orçamento, na qual
58 também é feito o pedido para que pelo menos o orçamento da assistência estudantil não sofra
59 redução. Sr. Djalma informou que chegou no Senado a tramitação de uma proposta do PL, o
60 projeto de lei 5384/2020, que tenta organizar as políticas de ações afirmativas de ingresso
61 junto com as políticas de permanência; atualmente se tem tudo disperso, há a lei 12.711 que
62 reserva vagas, depois se tem um decreto, que é o Programa Nacional de Assistência
63 Estudantil, que não comunica com a lei; além das portarias do MEC, como a Portaria
64 389/2013, que regula a bolsa permanência para estudantes indígenas e quilombolas; a ideia
65 do projeto de lei é que se tenha um olhar unificado do ingresso e que as ações afirmativas já
66 prevejam a permanência para esses estudantes. Sr. Djalma disse que entrou um pedido de
67 emenda do deputado Fábio Bolsonaro, mais uma vez, solicitando a exclusão das cotas raciais
68 no projeto de lei; disse que se tem trabalhado muito para conseguir mantê-las e que esse
69 projeto de lei já foi aprovado no Congresso, na Câmara dos Deputados e agora foi para sua
70 fase de aprovação no Senado; para ele poder tramitar muitas negociações foram feitas, então
71 já se desconfigurou de sua origem; a ideia é que ao final do processo se tenha uma lei para a
72 assistência estudantil casada com as políticas de ações afirmativas para o ingresso; espera-se
73 conseguir uma lei que seja inclusiva e abrangente, mas por enquanto ela está neste embate.
74 Sra. Gisele informou que o PIAPE está com fluxo contínuo esse ano, porém quando foi
75 lançado a edição do fluxo contínuo, projetos saíram com a mesma data e vencem agora,
76 completando o primeiro ano no final de outubro; a Sra. Camila, responsável pelo PIAPE, irá
77 encaminhar um email para todos(as) os(as) coordenadores(as) para verificar o interesse em
78 prorrogar ou não esses projetos, havendo essa possibilidade; atualmente o PIAPE conta com
79 25 projetos, 27 bolsistas e desses 16 projetos vencem no final de outubro; então, é importante
80 informar se haverá a renovação, sendo necessário um relatório e o relatório da bolsista para a
81 emissão do certificado. Sra. Gisele informou que ocorrerá o evento 2º Colóquio Observatório

82 Mulheres da UFSCar, no início de novembro, dias 08 e 09, no campus de Lagoa do Sino;
83 disse que ainda essa semana sai a programação. Sra. Gisele informou ainda sobre a realização
84 do 8º Torneio Pajé, que ocorrerá nos dias 28 e 29 de outubro, e que consiste em um torneio
85 promovido pelo Centro de Culturas Indígenas (CCI), com várias modalidades esportivas:
86 futebol masculino e feminino, vôlei, jogos tradicionais indígenas; para saber mais sobre a
87 programação basta acessar o Facebook ou o Instagram do CCI. **1.2. INFORMES DAS**
88 **UNIDADES:** Sra. Irma informou que o Departamento de Atenção à Saúde (DeAS) está
89 realizando testes de Covid-19, às terças e quintas a tarde, com a intenção de garantir
90 avaliação médica para os casos positivos; a ação é voltada exclusivamente para estudantes e
91 servidores docentes e técnico-administrativos da Universidade e os testes devem ser
92 agendados pelo telefone (16) 3351-8200; devem agendar o exame pessoas com sintomas
93 respiratórios há, pelo menos, três dias, ou que tiveram contato com casos positivos de Covid-
94 19, após o quinto dia de contato; essa ação é possível pela parceria entre o DeAS e a
95 Vigilância Epidemiológica de São Carlos. **1.3. INFORMES DOS MEMBROS:** Não houve
96 informes. **2. ORDEM DO DIA – 2.1 Ata 71ª Reunião Ordinária do CoACE:** Não
97 havendo manifestações, a Ata da 71ª Reunião Ordinária do CoACE foi aprovada por
98 unanimidade. **2.2 Propostas de inclusão no edital do processo seletivo da UAC:** Sr.
99 Djalma disse que os dois subitens da pauta traziam algumas adequações importantes em
100 termos de legislações para ajustar o edital de ingresso na UAC. **2.2.1 Adequação à**
101 **legislação vigente em relação a vagas para irmãos ou irmãs, quando houver**
102 **disponibilidade:** Sr. Djalma disse que tem-se recebido manifestações de pais e mães que têm
103 filhos matriculados na unidade, que tem irmãos; em 2019 foi aprovada uma lei, que indica a
104 seguinte mudança: *acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência,*
105 *garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentam a mesma etapa ou*
106 *ciclo de ensino da educação básica;* esse é um item que modifica uma parte do Estatuto da
107 Criança e do Adolescente, incluindo este inciso, que começou a vigorar a partir de 2020; e se
108 tem tido essa demanda muito grande na UAC, portanto há a necessidade de se ajustar a essa
109 legislação que já foi aprovada e está sancionada e vigente; a proposta seria incluir essa
110 possibilidade; é uma possibilidade, porque tem que ser garantida se houver vaga, não é
111 possível criar mais vagas; então, é como as unidades de Educação Infantil se adaptaram,
112 tendo vagas é garantido para irmão ou irmã da pessoa que já está matriculada na UAC. **2.2.2**
113 **Vagas para filhos ou filhas de servidores/as da unidade, quando houver disponibilidade,**
114 **de acordo com projeto de lei que tramita no congresso:** Sr. Djalma disse que ainda não é
115 uma lei, mas já tramitou e foi aprovada tanto na Comissão de Educação como na de
116 Constituição e Justiça, que é a possibilidade também de garantir vagas para filhos e filhas de
117 quem trabalha na unidade; isso tem toda uma argumentação do impacto social dessa ação,
118 então essa também é uma demanda que está tramitando; a proposta seria, havendo
119 disponibilidade de vagas, servidores que trabalham na unidade poderiam matricular os seus
120 filhos; essa ressalva tem que ser feita, pois não tem como criar vagas para atender a demanda.
121 Sr. Djalma contextualizou que a UAC tem um Conselho que é formado pelos servidores da
122 unidade e por representantes de pais e mães das crianças matriculadas; essa pauta já foi
123 debatida no Conselho da UAC que entendeu que é importante garantir essas duas questões no
124 próximo edital, que será lançado para o ano que vem; como o Conselho da UAC já debateu e
125 a UAC está vinculada a ProACE, é esse o fluxo, trazer o debate para o CoACE para se fazer

126 alguma observação e se aprovado, será liberado para a realização do edital, incluindo já essas
127 normativas que até hoje não estão regulamentadas internamente na Universidade. Sra. Tarsila
128 disse que é mãe de um aluno na UAC, do grupo 04 e também é mãe de uma outra criança,
129 que é nascida em 2021, então ela teria o ingresso em 2024 no grupo 02; até onde se sabe, do
130 histórico dos anos anteriores sempre houve abertura de vagas para o grupo 02; além disso, é
131 uma inquietação, pois o seu filho já está no grupo 04 e ele irá para o grupo 05, que é o último
132 ano que eles entrariam nesta lei; o que a Tarsila gostaria de entender, assim como outras
133 mães, se isso estará garantido para o edital de 2024; e com relação a questão da
134 disponibilidade, se seria possível ficar de uma maneira mais clara, quantas vagas seriam
135 abertas e assim, tendo a abertura desta vaga, se sua filha teria o ingresso garantido, ou teria
136 que passar pela universalização, ou haveria algum critério a parte; questionou ainda se
137 abrindo as vagas haveria algum critério para elencar se há alguma vantagem com relação a
138 vaga para irmãos e para filhos de servidoras. Outra mãe de aluno da UAC questionou pelo
139 fato de basear-se numa lei já aprovada e a outra ser um projeto de lei, se isso poderia ser
140 usado como critério de escalonamento caso só houvesse uma vaga. Sr. Djalma respondeu que
141 se é aprovado e é lei, tem que ser garantido e depois vai escalonando; contudo, como já foi
142 mencionado, não haverá a criação de vagas; o que foi conversado com a diretora da UAC, a
143 Profa. Iraí, é que as coisas sejam feitas por etapas: que seja aprovado no CoACE essas duas
144 possibilidades e em seguida o Conselho da UAC se reúne e debate sobre o que entendem ser
145 o melhor desenho e coloque no edital; a proposta encaminhada para a diretora da UAC é que
146 o que é lei precisa ser garantido, e que se for necessário ter critérios, que o Conselho da UAC
147 discuta e defina, pois esse é o espaço mais adequado para realizar esse debate; logo, não é
148 possível responder às perguntas se é possível ter a garantia ou não, porque é preciso saber
149 quantas vagas terão, e esse é um debate do Conselho da UAC; a ideia, no momento, seria
150 aprovar essas demandas no CoACE para depois o edital ser feito sem nenhum
151 questionamento jurídico; isso é necessário, pois no momento em que o edital for redigido, ele
152 será feito de acordo com as Resoluções do CoACE; e depois que o edital estiver pronto, ele
153 voltará para o CoACE, pois precisa ser aprovado nessa mesma instância. Profa. Maria José,
154 servidora da UAC, disse que na próxima semana está agendada uma reunião do Conselho da
155 UAC para discutir o edital, a reunião é aberta para membros e pais. Sr. Djalma agradeceu a
156 UAC e ao seu conselho que debateu e trouxe esses sistemas para que pudessem ser
157 aprovados; disse que é sempre importante ouvir o Conselho antes de tomar qualquer decisão
158 que tenha repercussão. Não havendo mais manifestações, a adequação à legislação vigente
159 em relação a vagas para irmãos ou irmãs de crianças já matriculadas, quando houver
160 disponibilidade e as vagas para filhos ou filhas de servidores(as) da unidade, quando houver
161 disponibilidade, de acordo com o projeto de lei que tramita no congresso, foram aprovadas
162 por unanimidade. **2.3 Proposta de transformação da UAC em Colégio de Aplicação da**
163 **UFSCar:** Sr. Djalma disse que foi constituído no CoACE um grupo de trabalho (GT) que se
164 dedicou a esse tema, proposta de transformação da Unidade de Atendimento à Criança
165 (UAC) em um Colégio de Aplicação; os Colégios de Aplicação que existem no país, que são
166 unidades de educação básica e que são vinculados às Universidades Federais, foram
167 regulamentados e normatizados a partir de 2013 por meio de uma portaria do MEC, que
168 define critérios para que essas Unidades de Educação Básica possam tornasse um Colégio de
169 Aplicação; essa portaria ao mesmo tempo em que definiu os critérios, listou os Colégio de

170 Aplicação existentes; isso ocorre porque quando uma unidade se transforma em um Colégio
171 de Aplicação, ela vira uma ação orçamentária daquela Universidade; sendo assim as
172 Universidades que possuem Colégio de Aplicação recebem um recurso para as ações de
173 Educação Básica, a UFSCar não tem essa ação orçamentária, pois não possui Colégio de
174 Aplicação; contextualizou que nos anos de 2021 e 2022 a Associação Nacional das Unidades
175 de Educação Infantil nas Universidades Federais (ANUUFEI) fez um trabalho de tentar
176 aglutinar o máximo de Universidades que tivessem Unidade de Educação Infantil para que
177 fizesse uma negociação com o Ministério da Educação (MEC), para que assim o MEC
178 abrisse a possibilidade para que essas unidades viessem a se tornar um colégio de aplicação;
179 essa negociação foi realizada e o MEC abriu a possibilidade de inclusão das Universidades
180 que possuíam Unidade de Educação Básica, sobretudo as de Educação Infantil, para vir se
181 tornar um Colégio de Aplicação em 2023, com orçamento possível para 2024; essas
182 Universidades foram consultadas para fazerem a adesão; na ocasião foi feita uma avaliação
183 de que a UFSCar não tinha um amadurecimento desse debate dentro da Universidade, sendo
184 preciso ouvir os professores e as pessoas que trabalham nesse espaço para tomar uma decisão
185 de tornar-se um Colégio de Aplicação; esse debate foi, então, trazido para dentro da
186 Universidade e foi feita uma avaliação sobre o que significava ser um Colégio de Aplicação,
187 quais as repercussões imediatas e o que era preciso ser feito; essa avaliação foi trazida para o
188 grupo de trabalho constituído no CoACE; esse GT contou com a participação de
189 representantes da UAC, ProACE, CoACE e CECH, pois esse era um dos critérios, o Colégio
190 de Aplicação, geralmente, está vinculado a uma faculdade de educação ou a um Instituto; no
191 caso da UFSCar é um Centro de Educação; o objetivo de um Colégio de Aplicação é tornar-
192 se um espaço de excelência em pesquisa para áreas pedagógicas e de formação de
193 professores, por isso ele fica vinculado ao espaço dentro da Universidade que atua com esse
194 conhecimento, e não é a ProACE que tem a função de trabalhar na questão de apoio
195 assistencial, sendo necessário esse debate acontecer junto ao CECH. Sr. Djalma iniciou a
196 apresentação dos trabalhos do GT objetivando entender a UAC num processo histórico; disse
197 que era importante ressaltar que a UAC surgiu antes da Constituição Federal e a constituição
198 foi um marco na organização e distribuição das responsabilidades da educação entre o
199 município, estado e federal, o que vai tendo uma repercussão no decorrer do tempo; a UAC
200 surgiu como uma demanda de servidores(as) e estudantes da Universidade no fim da década
201 de 70, como uma possibilidade de se ter um espaço para que os(as) filhos(as) de quem
202 trabalhava e estudava pudessem acessar; houve uma participação importante dos sindicatos e
203 também do DCE, para que esse tema depois viesse pautado no Conselho Universitário da
204 época e começasse a mobilização para se construir essa unidade, que começou a ser
205 construída em 1986 e finalizou com sua inauguração em 1992; nesse meio tempo em 1988
206 veio a constituição que estabeleceu um impacto Federativo entre município, Estado e
207 Governo Federal com repercussões na gestão da educação; em 1997 surgiu o Conselho da
208 UAC, em 2000 ocorreu a primeira eleição da direção da UAC; a partir dos anos 2000
209 começou a ter mudanças e regulamentações da Constituição Federal a partir de leis ou de
210 emendas constitucionais com repercussão na organização da educação e no caso da UFSCar,
211 especificamente, da educação infantil; a emenda constitucional 59 deu base para que surtisse
212 a resolução do MEC, do Conselho Nacional, de número 1 de 2011, que trata da
213 universalização; a partir de 2009 essa emenda constitucional já apontava a necessidade de

214 universalização dos acessos nas unidades de Educação Básica, incluindo a Educação Infantil
215 e, em 2011, houve uma resolução, na qual foi dado um prazo até 2015 para que em 2016
216 todas as unidades de Educação Infantil estivessem adaptadas a um processo de
217 universalização; o que significa que unidades de educação infantil que foram construídas no
218 processo histórico, com uma perspectiva de creche, isto é, um lugar para deixar as crianças
219 para os pais poderem trabalhar, vão tornando-se uma unidade de educação infantil que segue
220 as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil; na UFSCar, em 2015, foi o
221 primeiro processo seletivo, e a partir de 2016 já começou o processo de universalização;
222 nesse meio tempo, o MEC criou a portaria dos colégios de aplicação, pois iria ficar
223 insustentável manter uma unidade voltada ao atendimento à criança, dentro de uma
224 Universidade que tem como foco a educação superior; saindo de uma ideia assistencial de
225 creche e se fixando numa perspectiva de educação infantil; a portaria dos colégios de
226 aplicação surgiu em 2013, justamente para poder ir criando um espaço de gestão para que
227 houvesse a manutenção dessas unidades de Educação Básica dentro das Universidades; assim
228 se tem uma perspectiva legal/constitucional que vai dizer que todas as Universidades
229 precisam universalizar suas vagas; isso significa uma mudança radical, pois as pessoas que
230 trabalhavam e estudavam nas Universidades passam a não terem mais a garantia da vaga para
231 os seus filhos, porque a unidade precisa ser universalizada dentro de um processo de
232 municipalização, sobretudo na questão da educação infantil, que é o foco do município
233 previsto na Constituição; disse que na UAC é onde se concentram as docentes da carreira
234 EBTT - Ensino Básico Técnico Tecnológico - essa carreira só faz sentido dentro do processo
235 de educação superior se tiver uma atuação dentro do ensino básico, técnico e tecnológico;
236 essa perspectiva foi se desenhando dentro desses arranjos normativos, na qual vai se tornando
237 cada vez menos possível ampliar a unidade de educação básica, se ela não se configurar como
238 um Colégio de Aplicação; se aumentasse o número de docentes da UAC, o primeiro
239 questionamento do MEC seria que a Universidade não tem um Colégio de Aplicação,
240 fazendo-se necessário tomar algumas decisões administrativas; até o momento a UAC tem se
241 ajustado com estagiários, bolsistas e vários projetos para poder continuar em operação; nesse
242 mesmo momento vai crescendo o número de Universidades que vão ingressando nessa
243 perspectiva do Colégio de Aplicação, chegando-se a conclusão de que se a Universidade quer
244 a manutenção da UAC como um espaço de educação infantil e também que ela se amplie
245 futuramente, hoje não há outra possibilidade a não ser ela se tornar um Colégio de Aplicação,
246 dentro da configuração que foi desenhada; esse foi o caminho que foi sendo avaliado pelo
247 GT. Sr. Djalma apresentou um gráfico com o histórico de vagas dentro da UAC, de 2005 até
248 2023, sendo uma média de 140 crianças atendidas nesse período por ano; como foi
249 mencionado, sobre a questão do colégio de aplicação, existe na Constituição uma distribuição
250 das responsabilidades em relação aos poderes municipais, estadual e federal, sobre a questão
251 da Educação Básica com foco muito grande que o município se responsabilize pela educação
252 infantil; a emenda da constituição em 2009 vai falar da universalização; o Conselho Nacional
253 aprova a universalização; em 2013 se regulamenta os colégios de aplicação; os colégios de
254 aplicação já existia nesse formato, de ser um espaço de excelência, de pesquisa, de formação
255 de professores, mas ele passa a ser regulamentado através dessa portaria do MEC; as
256 repercussões em relação a portaria do MEC diz que para que uma unidade vire um Colégio de
257 Aplicação é necessário que seja um espaço de formação de docentes e também um espaço em

258 que a atividade do ensino da Educação Infantil não esteja dissociada do ensino, da pesquisa e
259 da extensão dentro da Universidade; de certa maneira, a UAC já vem fazendo isso
260 historicamente; o que é preciso é ampliar e avançar, que a UAC seja olhada, entendida e
261 vivenciada como espaço de formação docente para os cursos de licenciatura e pedagogia; por
262 isso que é visualizado que o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade tente
263 fazer com que o Colégio de Aplicação também almeje ter outros espaços de formação:
264 educação fundamental I, II e ensino médio; inicialmente é preciso aprovar no ConsUni a
265 formação do Colégio de Aplicação e também o seu regimento interno; o que o CoACE está
266 fazendo é um regimento interno que atenda as questões que estão na portaria do Colégio de
267 Aplicação, sendo preciso aprovar o regimento no ConsUni, mas antes é preciso realizar essa
268 passagem na qual a UAC, em termos de gestão, sai da unidade organizacional da ProACE e
269 entre na unidade organizacional do CECH; esse trabalho está sendo proposto, as negociações
270 já foram feitas e ao fim de todo esse processo, o CoACE fica a mercê das negociações com o
271 MEC; para todo esse processo ocorrer pessoas foram ouvidas, foi constituído um GT,
272 reuniões abertas com os professores, uma reunião com a equipe de gestão do Colégio de
273 Aplicação da Federal do Rio de Janeiro; disse que a portaria do Colégio de Aplicação coloca
274 a importância de se ter uma articulação e também da formação com o PIBID, com o
275 Residência Pedagógica; essas são políticas públicas que atuam com formação de professores;
276 a UAC poderia ser esse espaço; esse debate no CECH será muito orgânico, diferente da
277 ProACE que não tem competência de o fazer, devido sua característica assistencial e voltada
278 para a questão da convivência; então, essa mudança ganhará muito em termos de debate e de
279 projeção para poder ampliar a UAC como espaço de formação docente junto às políticas
280 públicas que já trabalham nessa área junto do CECH; a Unidade está pronta para se tornar um
281 Colégio de Aplicação; para isso é preciso de uma articulação da Reitoria junto ao Ministério
282 da Educação para poder fazer a inserção do Colégio de Aplicação da UFSCar junto ao hall
283 de Colégios de Aplicação; isso se dá atualmente por portaria do MEC, porque um colégio de
284 aplicação modifica toda a estrutura orçamentária do MEC, pois ele vira uma unidade que vai
285 ter um orçamento carimbado; assim como se tem o Programa Nacional da Assistência
286 Estudantil (PNAES); disse que foi feita uma avaliação objetiva, de que hoje, a UFSCar só
287 consegue crescer dentro desse campo da Educação Infantil, da Educação Básica se formar um
288 Colégio de Aplicação; na consulta feita junto a ProGPe foi possível ver a dificuldade que é
289 conseguir sustentar a contratação de carreiras docente EBTT, em uma Universidade que não
290 tem Colégio de Aplicação; atualmente, se está numa fase do processo em que é preciso
291 aprovar a proposta do GT no CoACE e também no CECH; foi feito um desenho exatamente
292 para conseguir entrar na última reunião do ConsUni com essa pauta; se caso tudo ocorrer bem
293 e o MEC aprovar, já não vai ter orçamento para o ano que vem, pois ele já foi desenhado;
294 sendo sempre importante construir essa decisão no primeiro semestre, para depois poder
295 entrar no orçamento; o intuito é, pelo menos, concluir todo o trabalho interno até o final do
296 ano e início do ano que vem, para assim conseguir entrar no orçamento de 2025; as propostas
297 para o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) são a consolidação do Colégio de
298 Aplicação da UFSCar com foco, a princípio, na Educação Infantil e a ampliação da oferta de
299 Educação Básica junto ao Colégio de Aplicação, expandindo, de forma planejada e
300 articulada, para Ensino Fundamental I e II e para o Ensino Médio; destacou que os recursos
301 que as unidades de Colégio de Aplicação recebem não dão conta da necessidade, pois é uma

302 unidade que exige alimentação, manutenção e outras questões envolvidas; as Universidades
303 que se tornaram colégio de aplicação ano passado, estão previstas para receber no próximo
304 projeto de lei orçamentária; os recursos levam em consideração a quantidade de crianças
305 matriculadas, são orçamentos pequenos para uma unidade funcionar; a Universidade Federal
306 do Espírito Santos que é próxima da UFSCar, em questão de tamanho da unidade tem um
307 orçamento previsto de 151 mil reais; para se ter uma ideia de comparação, esse ano a UAC só
308 em alimentação gastou 216 mil reais; então esse orçamento é muito pouco para dar conta;
309 esse recurso que vem para a alimentação vem do orçamento de funcionamento da
310 Universidade que acaba cobrindo essa questão; em resumo, a proposta é que a UAC se torne
311 um Colégio de Aplicação da UFSCar, deixando de ser UAC e passando a ser CAU, vinculado
312 ao CECH; o que já foi acertado entre a ProACE, o CECH e o GT é que como tem uma etapa
313 que não está sob a liderança da UFSCar, mas sim do MEC, esse ano vai ser aproveitado para
314 realizar uma transição; a UAC vai ser encaminhada para a estrutura organizacional do CECH,
315 contudo a ProACE irá continuar realizando os apoios; esse é um passo importante para uma
316 área de formação de professores para a Educação Básica, ter um Colégio de Aplicação com
317 essa perspectiva de ampliação é completamente importante. Sr. Djalma agradeceu o trabalho
318 do pessoal da UAC nos debates e no acolhimento da proposta. A Profa. Maria José disse que
319 a transformação da UAC em Colégio de Aplicação ia além da questão da contribuição da
320 UAC na formação de professores, pois também é um campo de pesquisa para os
321 pesquisadores que quiserem pensar em inovações na educação infantil. Sr. Djalma disse que
322 esse é um dos perfis do Colégio de Aplicação e que trata-se de uma dimensão que não é
323 possível debater na ProACE; essa transição permite um avanço de pesquisa e de formação de
324 docentes. A discente Tatiana Niceas perguntou se era preciso mesmo trocar o nome da
325 unidade. Sr. Djalma respondeu que a questão do atendimento traz essa perspectiva histórica
326 assistencial; essa foi uma avaliação da equipe da UAC de que seria importante modificar essa
327 perspectiva, pois não é um atendimento é um espaço de formação de educação; além disso, se
328 há uma perspectiva de crescimento, é importante ter algo que permita isso; a ideia de Colégio
329 de Aplicação já fica aberto para ter fundamental I e II; por isso foi feita uma minuta mais
330 ampla, para conseguir agregar as mudanças que irão ocorrer. Profa. Tathiane Milaré disse que
331 é uma proposta interessante e pertinente; Colégio de Aplicação para quem trabalha com
332 educação e formação de professores é algo almejado; além disso, disse que tinha duas
333 dúvidas, uma era a respeito da questão do quadro de docentes e TAs que talvez tenha a
334 necessidade de uma ampliação; a dúvida era se seria vagas criadas em função do Colégio de
335 Aplicação ou vagas que serão utilizadas que já estão dentro da UFSCar; a outra dúvida é se
336 isso já foi discutido e pensado em outros momentos, quais as perspectivas de ações e de
337 ampliação dessas ações, de forma que também possam contemplar os outros campi da
338 UFSCar. Sr. Djalma respondeu em relação às vagas que não há garantia nenhuma, mas que a
339 partir do momento em que se tem um grupo de Colégios de Aplicação; atualmente apenas a
340 UFSCar, UFBA e a UNIFESP que ainda não se consolidaram como Colégio de Aplicação;
341 então, há uma perspectiva de que almejar a ampliação de vagas será junto desse grupo; esse é
342 um passo que permite futuramente ter vagas; uma dificuldade muito maior seria almejar
343 vagas sem ter um Colégio de Aplicação; a respeito de pensar multicampi, isso também
344 inaugura; estando o Colégio de Aplicação no CECH, focado na formação de professores;
345 abre-se um canal de comunicação de pensar multicampi na formação de professores da

346 Universidade como um todo; dentro de uma perspectiva como a do PIBID e do Residência
347 Pedagógica; com relação a ter um espaço físico nos outros campi é algo que precisa ser
348 debatido, o passo que tem que se dar é o de agora, inclusive colocar no PDI essa questão de
349 ampliação; esse é um debate que vai surgir conforme o Colégio de Aplicação for atuando.
350 Não havendo mais manifestações, o relatório do Grupo de Trabalho que propôs a
351 transformação da UAC em Colégio de Aplicação da UFSCar e o seu Regimento Interno do
352 futuro Colégio de Aplicação da UFSCar foram aprovados por unanimidade e será
353 encaminhado para o CECH. **2.4 Mobilidade nos campi da UFSCar: levantamento de**
354 **propostas:** Sr. Djalma disse que esse ponto de pauta tratava-se de uma discussão inaugural,
355 para que esse Conselho possa, de alguma forma, começar a se debruçar sobre esse tema de
356 uma forma mais aprofundada; essa foi uma demanda trazida pela discente Tatiane Niceas, de
357 se ter um ônibus circular interno, tendo em vista que o campus de São Carlos é muito distante
358 entre um espaço e outro, contudo isso é uma questão que não depende só de decisões
359 internas, depende também de negociações com a prefeitura; cada campus tem um arranjo ou
360 uma negociação; o intuito dessa pauta é pegar esse tema e levá-lo para os outros Conselhos
361 para assim levantar possibilidades; na Universidade Federal do Amazonas, por exemplo,
362 acabou de conseguir um piloto de um ônibus elétrico que vai circular pelo campus; a UFSCar
363 tem potencial para poder pensar em uma inovação, para que se tenha sustentabilidade e
364 acessibilidade; então a ideia dessa pauta é pensar alternativas, possibilidades, de conversar
365 com colegas que tenham perspectiva de atuação na área de sustentabilidade e acessibilidade
366 para pensar esses espaços; a ideia, então, seria pensar propostas que saiam do convencional,
367 pois o pedido para a prefeitura já foi negado por diversas vezes; além disso, a ideia seria pedir
368 apoio dos pares para que possam conversar com os colegas para que possam desenhar
369 caminhos e soluções que permitam encontrar uma perspectiva, já que a tradicional não está
370 funcionando; o orçamento que a UFSCar tem atualmente não permite ter um ônibus que vai
371 funcionar internamente com motorista, não há espaço no orçamento para fazer isso; a ideia
372 também foi buscar fazer uma parceria junto com a SAADE para pensar na questão da
373 acessibilidade, além de outros atores dentro da Universidade para pensar em uma espécie de
374 audiência pública para debater esse tema, ou seja, levar aos Centros, no CCET, CCBS, CECH
375 para pensar numa política de mobilidade; se o CoACE compreender que essa é uma discussão
376 possível, essa pauta será levada para outros espaços da Universidade para construir
377 audiências públicas para ouvir possibilidades de trabalhar a questão da mobilidade nos quatro
378 campi; é importante ouvir todos os campi, pois provavelmente as soluções não serão iguais,
379 já que os campi não são iguais, com estruturas, distâncias e relevos totalmente diferentes;
380 essa questão afeta a permanência e a qualidade de vida dos estudantes e na mesma
381 perspectiva em que se tem feito com os PIAPE, que o CoACE também seja esse espaço para
382 que se trazer esses projetos da engenharia; foi feita uma reunião com a Reitora nessa
383 perspectiva, o intuito é que o CoACE possa ser o espaço para discutir a questão da
384 mobilidade nos quatro campi e também pedir ajuda aos Conselhos para juntos pensar de uma
385 forma mais integrada e que saia do convencional. Profa. Heloisa disse que o CoACE é o
386 espaço em que se pode realizar essa discussão e perguntou se já tem um levantamento e uma
387 pesquisa na Universidade sobre quais são as necessidades dessa mobilidade e quais são os
388 limites que têm atrapalhado, por exemplo: caminhar em uma área em que ficará muito tempo
389 no sol, quando chove; outro ponto também mencionado é que essa pauta tem a cara de um

390 TCC da área de urbanismo; a UFSCar tem uma engenharia civil com foco no urbanismo;
391 então, talvez, nessa discussão toda seja a hora de estabelecer um diálogo com essas
392 engenharias, com os departamentos e com os professores que trabalham com urbanismo; essa
393 demanda pode interessar esses jovens e a ideia das audiências públicas também é boa. Sr.
394 Djalma disse que todas essas informações estão dispersas ainda; há demandas, como por
395 exemplo essa de caminhar no sol ou na chuva, contudo ainda não se tem um diagnóstico
396 fechado; a SAADE fez um diagnóstico de acessibilidade, a Prefeitura Universitária tem um
397 mapeamento de possibilidades de trafegar ônibus, porém essas informações estão dispersas; é
398 preciso ter uma política de mobilidade e essas audiências públicas vão de encontro ao
399 diagnóstico; a respeito das áreas que atuam nessa perspectiva, o intuito é que elas possam
400 caminhar e abrir espaço para uma inovação e no âmbito da execução, o que já foi conversado
401 é que talvez se possa construir através de emendas parlamentares de deputados e senadores,
402 que tem como foco essa questão da mobilidade, transporte e acessibilidade; tudo isso está
403 sendo mapeado, porém para chegar em um resultado é preciso ter projeto já consolidado, é
404 um processo que precisa ser construído. A discente Tatiana Niceas disse que entendeu a
405 proposta de produzir um TCC, mas se tem uma deficiência muito grande dentro da
406 Universidade; muitas vezes o projeto não sai do papel e essa proposta foi trazida, exatamente,
407 para sair do papel, pois há um aluno que é cadeirante que desistiu de ficar na Universidade,
408 justamente, por causa da mobilidade; mesmo não sendo uma pessoa com deficiência física é
409 cansativo ter que ficar indo de um lugar para o outro embaixo de sol ou chuva, imagina para
410 as pessoas que têm alguma deficiência; a questão principal da Universidade é de permanência
411 estudantil e, muitas vezes, é deixado de lado; o intuito é realmente construir um projeto que
412 sai do papel; essa é uma questão que envolve a permanência estudantil, o caminho não se
413 sabe ainda, porém existem várias engenharias nos campi que podem ajudar nessa questão;
414 essa questão pode ser construída dentro do CoACE e ser levada para os outros Conselhos e,
415 finalmente, sair do papel e ter realmente a questão da mobilidade para todos; não adianta
416 construir um ônibus que não tem acesso para pessoas cadeirantes, o acesso tem que ser para
417 todos. Sr. Djalma disse que a ideia dessa pauta é que se possa criar um espaço para debatê-la;
418 por isso que no momento se está trabalhando no mapeamento de deputados e senadores que
419 atuam nessas áreas; esse é um caminho, um outro seria ouvir as pessoas e depois isso virar
420 um projeto; não adianta chegar com ideias para os parlamentares, têm que chegar com um
421 projeto consolidado e definido; tendo o aval de um colegiado superior para poder debater esse
422 tema facilita a entrada nos outros espaços, além disso, pode-se ter uma programação onde se
423 tenha uma apresentação de painéis e TCC e que se possa depois debatê-los no âmbito do
424 Conselho; assim, esse debate não fica perdido, ele terá o objetivo de formar um projeto e
425 mapear os parceiros; em resumo, a ideia é entrar nesse debate de construir uma política de
426 mobilidade e viabilidade orçamentária para que ela possa ser executada; atualmente, não se
427 tem orçamento e nem parcerias para isso com o poder público municipal dos quatros campi.
428 Assim, a reunião foi encerrada com os agradecimentos do presidente e dos membros. Eu,
429 LUANA DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente ata.

430 Membros presentes na reunião:

431 Sr. Djalma Ribeiro Junior

- 432 Sra. Gisele Aparecida Zutin Castelani
- 433 Prof. Dr. Marcio Luis Lanfredi Viola
- 434 Profa. Dra. Larissa Riani Costa Tavares
- 435 Profa. Dra. Alice Miguel de Paula Peres
- 436 Profa. Dra. Heloisa Chalmers Sista
- 437 Profa. Dra. Renata Franco Severo Fantini
- 438 Profa. Dra. Isamara Alves de Carvalho
- 439 Prof. Dr. Paulo Sérgio da Silva Júnior
- 440 Prof. Dr. João Anderson Fulan
- 441 Profa. Dra. Tathiane Milaré
- 442 Profa. Dra. Nara Rossetti
- 443 Profa. Dra. Maria Cristina Comunian Ferraz
- 444 Patrícia Silva Medeiros
- 445 Tatiana Nicéas de Moraes
- 446 Jocimara Braz de Araújo